



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM PARLAMENTO E DIREITO

**Maria Clarice de Siqueira Cabral Dias**

**Os campeões de votos e os partidos no sistema representativo**

Brasília

**2018**

**Maria Clarice de Siqueira Cabral Dias**

**Os campeões de votos e os partidos no sistema representativo**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor como parte da avaliação do Curso de Especialização Parlamento e Direito.

Orientador: Renato Salles Feltrin  
Corrêa

Brasília  
**2018**

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Dias, Maria Clarice de Siqueira Cabral.

Os campeões de votos e os partidos no sistema representativo [manuscrito] /  
Maria Clarice de Siqueira Cabral Dias. -- 2018.  
66 f.

Orientador: Renato Salles Feltrin Corrêa.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) – Curso de Especialização em Parlamento e  
Direito, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e  
Aperfeiçoamento (Cefor), 2018.

1. Representação política, Brasil. 2. Reforma política, Brasil. 3. Partido  
político, Brasil. 4. Sistema eleitoral, Brasil. I. Título.

CDU 328(81)

Bibliotecária: Débora Machado de Toledo – CRB1: 1303

À família, antes de tudo.

## **Agradecimentos**

À Câmara dos Deputados e ao  
Cefor, por promoverem conhecimento.

*A democracia é o pior dos regimes políticos, mas não há nenhum sistema melhor do que ela*

Winston Churchill

## **Resumo**

Este trabalho pretende comparar como os deputados campeões de votos se relacionam com os partidos aos quais são filiados - tendo como referência comparativa a atuação dos parlamentares que ficaram nas últimas colocações nas listas dos partidos, ou coligações, aos quais estavam filiados os campeões de votos. Diante das diversas versões de reformas políticas que tramitaram e tramitam no Congresso, as análises da relação dos campeões de votos com seus partidos mostram relevância na avaliação: (a) da importância que tem o partido político para a democracia e para o funcionamento do Legislativo; (b) e da relevância de um sistema majoritário ou proporcional dentro do contexto de representação. Por exemplo, quanto à eventuais listas abertas ou fechadas de candidatos. Com a análise da atuação do campeão de voto, cabe ainda avaliar se alterar um sistema eleitoral, com voto distrital e majoritário, tornaria melhor, ou pior, a qualidade da representação política no País.

**Palavras-Chave:** campeões de votos, reforma política, partidos políticos, democracia, sistema eleitoral, representação política.

## **SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	09
2. TEORIZAÇÃO .....	14
3. COMPILAÇÃO DE DADOS .....	21
4. CONCLUSÃO .....	57
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64



## 1. Introdução e Aspectos Metodológicos

Dos 513 deputados eleitos em 2010, 34 tiveram votos suficientes para se eleger sozinhos, ou seja, receberam votos acima do quociente eleitoral do estado pelo qual concorreram. O quociente eleitoral é definido pela divisão do número de votos válidos pela quantidade de vagas que cabe a cada estado. São, conforme a literatura, os campeões de voto (SAMUELS 2001a).

De acordo com dados levantados no portal do Tribunal Superior Eleitoral, os estados em que mais candidatos conseguiram superar o quociente eleitoral em 2010 foram Minas Gerais e Pernambuco, com cinco cada. Quatro baianos também obtiveram sucesso com os próprios votos. Em São Paulo, foram três. Ceará, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, dois. Acre, Goiás, Piauí, Paraná, Rondônia e Roraima tiveram um deputado entre os que superaram o quociente.

Em Alagoas, Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, ninguém alcançou por conta própria o quociente eleitoral. Na eleição nacional proporcional de 2010, os partidos que mais tiveram parlamentares eleitos com os próprios votos foram: PMDB (7), PT (6), PSB (5), PR (4), PSDB (2), DEM (2), PP (2), PDT (1), PPS (1), PTB (1), PSC (1), Psol (1), PCdoB (1).

Nesse sentido, diante do contexto brasileiro, e mundial, de crise da representação (MIGUEL, 2003), este trabalho tem o objetivo de analisar como os campeões de votos se relacionam com os partidos aos quais são filiados. Como base comparativa, será analisado também o mesmo número de deputados, nos mesmos estados em que houve campeões de voto, mas que foram eleitos em razão dos votos dados aos partidos ou coligações aos quais estavam filiados os respectivos campeões de votos. Esses candidatos que conseguem uma vaga no Parlamento, mesmo sem ter voto individual suficiente para ultrapassar o quociente eleitoral, são os eleitos pelo critério que o Tribunal Superior Eleitoral chama de “por média”, o que será explicado mais adiante.

A análise da relação dos campeões de votos, e dos eleitos por média, com seus partidos mostra-se relevante para responder a alguns questionamentos: que importância tem

o partido político para a democracia?; qual a relevância de um sistema majoritário ou proporcional dentro do contexto de representação?

A partir da análise da atuação do parlamentar campeão de voto, cabe avaliar se alterar um sistema eleitoral, com voto distrital e majoritário, por exemplo, tornaria melhor, ou pior, a qualidade da representação política no País.

Temas como listas de candidatos e sistemas estão presentes em todos os debates das comissões de reforma política que funcionam no Congresso Nacional – na Câmara ou no Senado, separadamente, ou nas duas Casas, simultaneamente. Ressalte-se que, desde 1995, as Casas do Congresso criam comissões especiais para discutir mudanças nas regras eleitorais. Nicolau (2017) lembra inclusive que o Brasil, desde a década de 1990, vive situações permanentes de questionamento do seu sistema representativo. De um lado, ouve-se o clamor de segmentos do meio político e jornalístico em defesa de uma reforma política. De outro, observa-se uma alteração permanente da legislação partidária e eleitoral (NICOLAU, 2017).

Nesse sentido, este trabalho está dividido em seis partes:

Parte I – Introdução

Parte II – Teorização

Parte III – Análise dos dados

Parte IV – Conclusões

Parte V - Bibliografia

A pesquisa terá natureza qualitativa e quantitativa. Os dados quantitativos serão tomados a partir de pesquisa eletrônica no Portal da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral. As áreas a serem analisadas no portal serão as de: votação nominal, tramitação de projetos, além de cargos em Lideranças e Comissões. No caso do TSE, os dados são relativos ao quociente eleitoral, ao quociente partidário, ao total dos votos dos eleitos e ao valor declarado da campanha.

No caso das votações nominais, é possível, pelo Portal da Câmara, verificar a orientação feita pelo partido e a forma como o parlamentar votou, se sim ou não, conforme a orientação. Portanto, no caso da posição em votações, serão analisadas apenas votações

nominais, uma vez que não é possível verificar como o parlamentar se manifesta em deliberações simbólicas.

Com a intenção de manter equilíbrio na comparação da relação dos deputados com seus respectivos partidos, nos casos de estados que tiveram mais de um campeão de voto, será considerado o primeiro lugar na votação. Portanto, serão analisados 16 campeões de votos e 16 deputados eleitos por média.

Os campeões de votos a serem pesquisados estão na tabela 1.

**Tabela 1 – Campeões de votos nas eleições de 2010**

<b>Deputado</b>	<b>Estado</b>	<b>Partido</b>	<b>Votação Nominal</b>	<b>Quociente Eleitoral</b>
<b>Marcio Miguel Bittar</b>	Acre	PSDB	52.183	43.266
<b>Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto</b>	Bahia	DEM	325.450	171.385
<b>Domingos Gomes de Aguiar Neto</b>	Ceará	PSB	246.591	192.976
<b>Jose Antonio Machado Reguffe</b>	Distrito Federal	PDT	266.465	175.760
<b>Íris de Araujo Rezende Machado</b>	Goiás	PMDB	185.934	175.779
<b>Rodrigo Batista de Castro</b>	Minas Gerais	PSDB	271.306	196.478
<b>Wladimir Afonso da Costa Rabelo</b>	Pará	PMDB	236.514	201.333
<b>Ana Lucia Arraes de Alencar</b>	Pernambuco	PSB	387.581	178.008
<b>Marcelo Costa e Castro</b>	Piauí	PMDB	171.697	166.800
<b>Carlos Roberto Massa Junior</b>	Paraná	PSC	358.924	190.587
<b>Anthony Willian Garotinho Matheus de Oliveira</b>	Rio de Janeiro	PR	694.862	174.129
<b>Maria de Fatima Bezerra</b>	Rio Grande do Norte	PT	220.355	206.672
<b>Marinha Celia Rocha Raupp de Matos</b>	Rondônia	PMDB	100.589	95.745
<b>Maria Teresa Saenz Surita Juca</b>	Roraima	PMDB	29.804	27.837
<b>Manuela Pinto Vieira D'Avila</b>	Rio Grande do Sul	PCdoB	482.590	314.909
<b>Francisco Everardo Oliveira Silva</b>	São Paulo	PR	1.353.820	314.909

Fonte: elaborada pela autora

Os deputados eleitos por média a serem analisados são os da Tabela 2.

**Tabela 2 – Eleitos por média nas eleições de 2010**

<b>Deputado</b>	<b>Estado</b>	<b>Partido</b>	<b>Votação Nominal</b>	<b>Quociente Eleitoral</b>
<b>Taumaturgo Lima Cordeiro</b>	Acre	PT	17.932	43.266
<b>Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães</b>	Bahia	DEM	53.620	171.385
<b>Antonio Balhmann Cardoso Nunes Filho</b>	Ceará	PSB	88.562	192.976
<b>Erika Juca Kokay</b>	Distrito Federal	PT	72.651	175.760
<b>Thiago Mello Peixoto da Silveira</b>	Goiás	PMDB	90.719	175.779
<b>Nárcio Rodrigues da Silveira</b>	Minas Gerais	PSDB	101.090	196.478
<b>Asdrubal Bentes Mendes</b>	Pará	PMDB	87.681	201.333
<b>Luiz Gonzaga Patriota</b>	Pernambuco	PSB	118.990	178.008
<b>Marllos Rossano Ribeiro Gonçalves de Sampaio</b>	Piauí	PMDB	141.504	166.800
<b>Edmar de Souza Arruda</b>	Paraná	PSC	61.309	190.587
<b>Paulo Fernando Feijó Torres</b>	Rio de Janeiro	PR	22.619	174.129
<b>Sandra Maria da Escossia Rosado</b>	Rio Grande do Norte	PSB	92.746	206.672
<b>Natan Donadon</b>	Rondônia	PMDB	43.627	95.745
<b>Edio Vieira Lopes</b>	Roraima	PMDB	15.383	27.837
<b>Assis Flavio da Silva Melo</b>	Rio Grande do Sul	PCdoB	47.141	314.909
<b>Milton Antonio Casquel Monti</b>	São Paulo	PR	131.654	314.909

Fonte: elaborada pela autora

O critério definido para seleção dos parlamentares eleitos por média seguiu uma ordem de prioridade: primeiro, foi eleito e integrava o mesmo partido ou a mesma coligação do campeão de voto no estado; se o partido ou coligação não conseguiu eleger nenhum outro candidato, foi selecionado para a pesquisa o menos votado do estado. A pesquisa abordará apenas os estados em que houve campeões de votos. Os estados nos quais todos os eleitos dependeram da média de votos conquistada pelo partido ou coligação não serão considerados.

A definição pela legislatura iniciada em 2011 se deu em função do propósito de se estudar um ambiente político que funcione com relativa estabilidade entre, principalmente, os Poderes Legislativo e Executivo. Na legislatura atual, iniciada em 2015, a Câmara viveu diversos momentos peculiares, como ter, na Presidência da Casa, um parlamentar que fazia oposição à presidente da República. No caso, Eduardo Cunha, como presidente da Câmara, e Dilma Rousseff, como presidente da República. Também por ter sido analisado um processo de impeachment da Presidente, que se concretizou em agosto de 2016. Dentro de

um contexto de pouca coalisão e governabilidade, a relação entre o parlamentar e o partido pode, de alguma forma, ter sido contaminada.

Assim, a análise da relação dos campeões de votos, e dos eleitos por média, com seus partidos será feita a partir dos seguintes questionamentos:

a) Tais deputados votam conforme a orientação do partido?

b) Os campeões de votos – e os eleitos por média – ocupam posições de liderança na Câmara dos Deputados – como líderes de partidos, bancadas estaduais ou presidências de comissões?

Para responder a esses questionamentos, as variáveis a serem analisadas, serão:

a) As votações nominais, em proposições analisadas em Plenário e

b) O papel formal que exercem durante a legislatura – liderança, presidência de comissão e relatoria de projetos.

Será analisado ainda, a partir de dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), da Fundação Getúlio Vargas e das páginas oficiais dos próprios parlamentares, o perfil familiar desses políticos – com o objetivo de explicar se o fato de terem uma linhagem política em suas regiões ou alguma projeção social ou midiática é determinante para o sucesso de sua eleição. O dado é relevante para evidenciar se uma eventual independência do deputado já eleito em relação ao partido está relacionada com a força política que ele já possui em seus redutos eleitorais.

Quanto ao cálculo da distribuição de cadeiras para a Câmara, serão considerados os quocientes eleitoral e partidário, ambos calculados pelo Tribunal Superior Eleitoral. O quociente eleitoral, como já explicado, equivale à divisão do número total de votos válidos pelo número de vagas do Parlamento em um estado específico. Até a última eleição, de 2016, o partido ou coligação precisava alcançar este quociente eleitoral para participar da distribuição de vagas na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Mudanças feitas em 2017 no Código Eleitoral garantiram que, a partir das eleições de 2018, todos os partidos ou coligações poderão disputar as sobras de vagas nas eleições que utilizam o sistema proporcional por lista aberta – para deputados federais, deputados

estaduais e vereadores. Portanto, o quociente eleitoral não será mais um critério de corte para competir pelas vagas remanescentes para cada estado.

O quociente partidário é o que determina o total de vagas de cada partido ou coligação na Casa Legislativa – ele é calculado com a divisão do número total de votos do partido pelo quociente eleitoral. Esses cálculos explicam, por exemplo, por que um determinado candidato não foi eleito, mesmo tendo recebido mais votos que outro. Eles também explicam a eleição de um candidato que tenha recebido votação baixa ou inexpressiva, mas cujo partido (ou coligação) tenha alcançado o quociente eleitoral.

## **2. Teorização**

### **2.1 Tradição do voto no Brasil**

O número de deputados que cada partido, ou coligação, elege para o Legislativo depende de uma série de fatores: o sucesso eventual de alguns nomes que se tornam puxadores de legenda, o padrão de disputa entre os candidatos de uma lista e o total de votos de legenda (NICOLAU, 2017). Nicolau destaca que, no Brasil, por tradição, o voto é dado a indivíduos. Estatísticas da Justiça Eleitoral mostram que o índice de votos dados a legendas, em média, não passa de 10% nas eleições proporcionais. Em 2014, por exemplo, o percentual foi de 8,4% - os cinco partidos com os maiores percentuais de voto de legenda, que foram PSDB, Psol, PT, PSB e PV, apresentaram candidatos a presidente. Esse fato, segundo Nicolau, sugere que a campanha presidencial tem alguma influência no voto para deputado federal.

No entanto, apesar do baixo índice de preferência na vontade do eleitor, as legendas e coligações têm fundamental importância no processo de transformação de votos em cadeiras no Parlamento. Está na lista de candidatos de cada partido (ou coligação) o aspecto central do sistema eleitoral brasileiro. Como destaca Nicolau, a Constituição é clara ao estabelecer que a distribuição de cadeiras se dá a partir da votação nos partidos ou coligações.

Na prática, para a distribuição de cadeiras entre os partidos, não faz diferença se o eleitor votou em um nome ou na legenda. O artigo 45 da Constituição de 1988 estabelece que a Câmara dos Deputados será eleita pelo sistema proporcional, e

essa proporção ocorre em relação à votação obtida pelos partidos e coligações, não pelos candidatos pessoalmente. (NICOLAU, 2017, pg.77)

Está também na Constituição, em seu artigo 14, a evidência de que a democracia no Brasil é integralmente amparada nos partidos. Dentre as condições de elegibilidade previstas, está a filiação partidária (Brasil, 2017). Portanto, não é possível concorrer a qualquer cargo eletivo no País sem estar filiado a algum partido político desde pelo menos 6 meses antes do pleito.

## **2.2 Institucionalismo**

Em razão da relevância do estudo sobre partidos políticos no contexto desta pesquisa, este trabalho também dialoga com duas correntes do institucionalismo: a teoria distributivista e a partidária. A teoria partidária entende que o Legislativo funciona em torno do partido e que o parlamentar sozinho não tem atuação na arena legislativa. Já a teoria distributivista defende que os deputados, preocupados com a reeleição, voltam a atenção para a arena eleitoral e para o atendimento dos interesses da base eleitoral, agindo de forma individual e personalíssima.

Cosme (2017) argumenta que, na arena eleitoral, a bandeira partidária tem pouca relevância. Mas, na atuação no Parlamento, regras regimentais tornam central a figura do líder partidário, elevando a relevância do partido no processo político decisório e diminuindo a força individual do parlamentar e sua capacidade de alocar recursos em questões localistas. Esta pesquisa dialoga com essa teoria, em função de questionar se o fato de o campeão de votos ter sido eleito sem depender dos votos dados ao partido ou coligação o torna mais independente do partido. Ou se isso não faz nenhuma diferença.

Bezerra (1999) ressalta que a estrutura e o funcionamento dos gabinetes, constituídos como verdadeiros escritórios de atendimento às bases políticas dos estados de origem do deputado federal, podem ser a válvula de escape que permita ao parlamentar contornar a concentração de recursos legislativos do processo político decisório nas mãos dos líderes partidários.

Cosme (2017) ressalta ainda que, no estudo da atuação parlamentar, identificam-se duas principais arenas: a eleitoral e a legislativa. A primeira refere-se aos trabalhos

desenvolvidos pelo parlamentar junto a sua base eleitoral. Nesse cenário, o deputado preocupa-se, primeiramente, em atender as demandas daqueles que o elegeram. Já a arena parlamentar volta-se para a produção legislativa e está relacionada à forma que o parlamentar atua no Parlamento, seja na apresentação de projetos, emendas, ou mesmo em discursos proferidos no Plenário ou nas comissões. É na arena parlamentar que este estudo está mais focado.

### **2.3 Partidos Políticos**

Dados da Pesquisa CNI/IBOPE, divulgada em março de 2018, mostram que sete em cada dez brasileiros (72%) admitem votar nos candidatos que gostam, independentemente do partido nos quais eles estejam. Praticamente a metade dos eleitores (48%) não possui preferência ou simpatia por nenhum partido político.

Conforme a pesquisa, a falta de fidelidade aos partidos se revela na eleição para cargos do Legislativo: mais da metade dos brasileiros (58%) discordam de que o seu voto para deputado e senador vai para candidatos do mesmo partido do seu voto para presidente.

Entre os eleitores brasileiros, 48% não têm preferência ou simpatia por nenhum partido político. O partido que apresenta maior percentual de apoiadores é o PT, que conta com a simpatia ou preferência de 19% dos brasileiros. O MDB e o PSDB aparecem com 7% e 6% de apoiadores, respectivamente. Os jovens se mostram mais propensos a declarar simpatia ou preferência partidária do que os mais velhos. Entre as pessoas de 55 anos ou mais, 59% declaram não ter preferência ou simpatia por nenhum partido, percentual que chega a 40% entre os que têm de 16 a 24 anos.

Apesar de os estudos mostrarem a pouca identidade da população com os partidos políticos (IBOPE, 2018), Amaral destaca que, há mais de cem anos, os estudiosos da política reconhecem a importância e a necessidade dos partidos políticos para o funcionamento dos regimes democráticos. Por meio deles, as democracias se estruturam e a competição política se organiza. Diz Amaral que, embora exista muita divergência sobre como as agremiações políticas funcionam e se comportam, há praticamente um consenso em torno de sua importância para a viabilidade das democracias representativas. (AMARAL, 2003).



Dentre os papéis mais claros das legendas partidárias, Amaral estabelece simplificadamente três: a) estruturar a competição eleitoral; b) agregar interesses; c) governar e conduzir os trabalhos legislativos.

Fundamentalmente, James Bryce, ao final do século XIX, tratava da inevitabilidade dos partidos. Dizia ele que “ninguém até agora demonstrou como os governos representativos podem funcionar sem eles. Eles ordenam o caos para a multidão de eleitores” (BRYCE apud WHITE, 2006, p. 7).

A análise sobre o Partido Social-Democrata alemão, de Robert Michels (1911), pode ser considerada a obra inaugural da literatura sobre a estrutura dos partidos políticos e de seu funcionamento interno. Tal estrutura se encaixa nesta análise em razão de se perceber que a Lei de Ferro dos Partidos, que institui uma forte divisão hierárquica, percebida por Michels, de certa forma, se repete no funcionamento do partido dentro do Legislativo. Michels defende que qualquer partido, mesmo os democráticos na sua origem, tende a desenvolver uma estrutura burocrática centralizada e a oligarquização de sua direção. Essa tendência ficou conhecida como a “Lei de Michels”, ou “Lei de Ferro da Oligarquia”. Apesar de tratar com maior evidência do funcionamento interno dos partidos e de suas estruturas burocráticas, é inevitável manter a lógica da Lei de Ferro dentro da força das legendas e de sua importância no funcionamento parlamentar.

Maurice Duverger, na obra *Os Partidos Políticos* (1980), retomou as preocupações de Michels em relação ao funcionamento das legendas partidárias, mas ampliou o escopo ao incluir a relação das legendas com a sociedade. Duverger construiu dois tipos conceituais, o partido de quadros e o partido de massa. O de quadros refere-se às uniões de notáveis formadas no século XIX e que sobreviviam no século XX, especialmente sob a forma de partidos conservadores e liberais. Como características centrais, estão a origem interna ao Parlamento, uma organização interna de baixa intensidade, a estrutura nacional descentralizada e a concentração do poder decisório nas mãos da elite parlamentar (DUVERGER, 1980).

Para Duverger, a expansão do sufrágio na segunda metade do século XIX e início do século XX e a incorporação de um grande contingente de pessoas à cena política foram determinantes para o surgimento dos partidos de massa, como, por exemplo, os socialistas e comunistas. Algumas das características desses partidos são: a origem extraparlamentar, a

organização interna de alta intensidade, um forte doutrinário e a subordinação dos parlamentares ao partido (DUVERGER, 1980).

Novas caracterizações dos partidos políticos surgiram nos anos 1960. Kirchheimer (1966), por exemplo, desenvolveu o conceito de partido catch all. O autor argumenta que a combinação entre crescimento econômico e amadurecimento do Estado de Bem-Estar provocou uma redução na polarização social e política, diminuindo a importância tanto da ideologia quanto das distinções de classe na cena partidária. Acompanhando as mudanças sociais mais amplas na Europa Ocidental, os partidos de massa estavam gradualmente transformando-se em agremiações diluídas ideologicamente, com apelos genéricos a todos os grupos sociais e cada vez mais voltadas para o sucesso eleitoral. O partido de tipo catch all teria como características principais: a desideologização do discurso partidário, o apelo eleitoral pluriclassista e a abertura para grupos de interesse variados.

Na década de 1990, Katz e Mair (1995) identificaram a necessidade de um novo modelo na conceituação de partidos políticos e chegaram ao conceito do partido cartel, que seria uma evolução dos modelos de partido de quadros, de massas e catch all. O partido cartel é definido por suas relações com o Estado, apontadas pelos estudiosos como essenciais para a aquisição de recursos necessários para a sobrevivência da organização. Os indicadores centrais dessa relação com o Estado são: a garantia de acesso a meios de comunicação de massa, especialmente à televisão, proporcionada pelo Estado por meio de regulamentação ou cessão direta em canais estatais para a comunicação com o eleitorado, no caso do Brasil, os horários partidário e eleitoral. Também é relevante a manutenção dos recursos à disposição dos partidos, com assessores de parlamentares e membros do Executivo pagos com recursos estatais e os funcionários do partido sendo mantidos, em grande medida, graças a repasses financeiros provenientes do Estado, nesse último caso, o Fundo Partidário. Além dessas características, a legitimidade conferida pelo Estado aos partidos políticos quando estes ocupam cargos públicos também é um indicador (MAIR, 1994).

Segundo os autores, o estreitamento dos laços dos partidos com o Estado traz consequências para a prática democrática e para a disputa interpartidária. Ocorre, por exemplo uma inversão na relação entre Estado, partidos e sociedade civil. Nos modelos de partidos de massa e catch all, as agremiações eram intermediárias dos interesses da sociedade

civil junto ao Estado. No partido cartel, é o Estado que atua como intermediário entre os partidos e a sociedade civil (MAIR, 1994).

Ainda de acordo com Katz e Mair, fatores sociais, culturais e políticos, além das próprias características dos partidos de tipo catch all, foram os responsáveis pela emergência desse tipo partidário. O declínio nos níveis de participação da população nas atividades partidárias, a maior volatilidade do eleitorado e o crescente distanciamento com relação às bases partidárias fizeram com que as agremiações políticas estreitassem seus vínculos com o Estado. (KATZ e MAIR, 1995). Para Amaral (2003), as inovações teóricas de Katz e Mair sugerem uma requalificação mais ampla no estudo dos partidos políticos. No lugar de declínio e fracasso dos partidos, passa-se a se falar em adaptação e mudança (KATZ e MAIR, 1995).

Amaral destaca ainda que a análise do relacionamento dos partidos políticos com outras organizações da sociedade civil sempre foi um tema fundamental para a compreensão do desenvolvimento organizativo das agremiações políticas. Desde o início do século XX, os partidos estabeleceram diferentes tipos de vinculação com as organizações da sociedade civil e com diferentes graus de intensidade. As organizações podem ser totalmente independentes dos partidos, e sua associação estar vinculada à consecução de objetivos comuns, ou completamente vinculadas a eles, contando, inclusive, com uma superposição completa de membros e lideranças. Já com relação ao nível de intensidade, como destaca Amaral, a literatura indica que o ápice da aproximação entre partidos políticos e organizações da sociedade civil aconteceu na “época de ouro” dos partidos de massa, entre os anos 20 e 60 do século passado.

Desde então, a emergência do Estado de Bem-Estar e o processo de modernização socioeconômico agiram na erosão dos laços entre os partidos e grupos sociais específicos, levando a uma maior autonomia tanto dos partidos políticos quanto das próprias organizações da sociedade civil. Esse processo está no centro da emergência do partido de tipo catch all e, indiretamente, também do modelo de partido cartel (POGUNTKE, 2006; VERGE, 2012). Os estudos de crise da representação política se baseiam fortemente nas novas relações dos partidos políticos com a sociedade e, inclusive, com os eleitos pelas próprias legendas. O que se percebe, a partir da análise dos dados coletados neste estudo, é que a influência do partido político mostra-se adensada dentro do Parlamento.

## **2.4 Democracia Representativa em Crise**

Não estão apenas nos partidos as discussões quanto aos problemas de representação. Segundo Miguel (2003), os problemas da representação política fundamentam-se em três principais eixos, estreitamente ligados entre si: (1) a separação entre governantes e governados, isto é, o fato de que as decisões políticas são tomadas por um pequeno grupo, e não pela massa dos que serão submetidos a elas; (2) a formação de uma elite política distanciada da massa da população; e (3) a ruptura do vínculo entre a vontade dos representados e a vontade dos representantes.

Os partidos também começaram a perder espaço para a força das corporações, que atuam diretamente sobre os representantes, sem a intermediação de legendas partidárias. Bobbio (1986), quando trata das promessas não cumpridas da democracia, argumenta que é forte a relação entre os grandes grupos de interesses contrapostos e o Parlamento, uma relação que deu lugar a um novo tipo de sistema social que foi chamado de neocorporativo.

## **3. Compilação de Dados**

Em seguida, os dados de cada parlamentar, com mais detalhamento sobre o perfil político, o valor declarado da campanha, o posicionamento nas votações nominais em relação à orientação do partido, os cargos ocupados e relatorias assumidas na 54ª Legislatura – de fevereiro de 2011 a janeiro de 2015.

Ressalte-se que, pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os deputados dependem de autorização do líder do partido para ocupar cargos nas comissões e assumir relatorias de proposições. Sem o partido, portanto, o parlamentar não tem como atuar nessas situações.

No caso das votações nominais, foram levadas em conta os votos de proposições completas, com análise de mérito. Portanto, ficaram de fora as votações nominais de requerimentos, destaques e emendas. No entanto, duas emendas substitutivas globais, que alteram todo ou quase todo o projeto ou substitutivo, permaneceram na pesquisa em função da sua abrangência. No total das deliberações de 2011, houve 13 votações de proposições com análise de mérito.

Para facilitar a análise, as informações sobre os parlamentares seguirão a ordem alfabética dos estados brasileiros, com análise tanto dos dados do campeão de voto como do parlamentar eleito por média.

### 3.1 Eleitos pelo Acre

Campeão de voto, o pecuarista Marcio Miguel Bittar foi o deputado mais votado da história do Acre. Eleito pelo PSDB com 52.183 votos – sendo 43.266 o quociente eleitoral do estado. Ele registrou, em nível nacional, a segunda maior votação proporcional do País e foi o único da bancada do Acre a atingir o quociente eleitoral.

Declarou ao Tribunal Superior Eleitoral ter gastado R\$ 327,662,20 em sua campanha para a Câmara dos Deputados, sendo de recursos próprios a maior parte desse valor - R\$ 173.700,00.

Antes de entrar para a vida política nos legislativos estadual e federal, Bittar teve atuação em movimentos estudantis e atividades sindicais. Entre 1995 e 1999, foi eleito deputado estadual, pelo PMDB. Nesse período, recebeu condecorações como deputado do ano (1995) e deputado mais atuante (1996).

Integrou a Mesa Diretora de 4 de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2015. Nesse período, relatou sete projetos de resolução (PRC) e três indicações (INC), matérias essas submetidas a análise exclusiva da Mesa Diretora.

Com exceção das proposições relativas à análise exclusiva da Mesa Diretora, Bittar assumiu a relatoria de cinco projetos – o PDC 569/12, sobre o qual proferiu parecer em Plenário; os PLs 2833/11, 358/11 e 1609/07, com relatoria pela CMADS; e o PLP 2/2011, com relatoria pela CINDRA.

Durante toda a legislatura, não exerceu cargo de liderança nem vice-liderança nem integrou a Mesa Diretora das comissões permanentes.

Nas votações em Plenário durante o ano de 2011, seguiu praticamente todas as orientações do partido, conforme consta na tabela 3.

**Tabela 3 – Márcio Miguel Bittar**

Projeto	Como votou	Orientação do Partido
---------	------------	-----------------------

PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário N° 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Não	Obstrução
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário N° 1)	Sim	Sim

Fonte: elaborada pela autora

No Acre, nenhum outro deputado foi eleito pelo mesmo partido ou coligação de Márcio Bittar. Portanto, a análise comparativa recai sobre o deputado federal que obteve a menor votação no estado, no caso Taumaturgo Lima Cordeiro, eleito pelo PT. Com 17.932 votos, Taumaturgo Lima conquistou a cadeira no Parlamento Federal graças à votação dada ao partido/coligação, pois obteve uma votação muito inferior ao quociente eleitoral, de 52.183 votos. Em sua campanha para deputado federal, declarou R\$ 505.191,20.

De 2004 a janeiro de 2011, Taumaturgo Lima, que é auditor fiscal federal do Trabalho e professor de Direito do Trabalho, exerceu mandatos de deputados estadual, também pelo PT.

Durante toda a 54ª Legislatura, não exerceu nenhum cargo de liderança ou vice-liderança, não ocupou cargo na Mesa Diretora da Câmara nem cargo na Mesa de nenhuma comissão permanente.

Pela CMADS, assumiu a relatoria de quatro projetos de lei (6101/13, 3259/12, 1379/11 e 3108/08). Na CREDN, relatou duas mensagens do Executivo (MSCs 49/12 e 68/12) e, pela CCJ, foi relator de duas proposições, o PDC 891/13 e o PL 4716/01, nos dois casos para análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Nas votações em Plenário de 2011, votou conforme todas as orientações do partido, exceto nos casos em que o partido orientou pela obstrução, mas o deputado sequer votou (tabela 4).

**Tabela 4 – Taumaturgo Lima Cordeiro**

Projeto	Como votou	Orientação do Partido
---------	------------	-----------------------

PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário N° 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário n° 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Sim	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução
PDC 47/2011	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

### 3.2 Eleitos pela Bahia

Na Bahia, o campeão de votos e o eleito por média são parentes e integram o mesmo partido, o Democratas. Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, eleito com 325.450 votos, e Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães, eleito com 53.620 votos, são primos – o primeiro é neto de Antonio Carlos Magalhães e o segundo, sobrinho. No estado, o quociente eleitoral foi de 171.385 votos.

Na eleição de 2010, Magalhães Neto foi o deputado federal mais votado na Bahia pela terceira vez consecutiva. Em sua campanha, fez permanente associação com a figura do avô, que foi uma das maiores lideranças políticas do País no quarto final do século XX e primeira década do XXI, ocupando os cargos de governador, senador e deputado federal pela Bahia, além de ter sido ministro das Comunicações no Governo de José Sarney (1985-1990). O pai foi também senador pela Bahia, e seu tio, Luis Eduardo Magalhães, foi constituinte, deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados. Atualmente é prefeito de Salvador. Em sua campanha, declarou gastos de R\$ 1.918.881,86.

Nas votações em Plenário durante o ano de 2011, foi contra a orientação do partido na apreciação do PL 1749/11 e fez obstrução na votação de uma PEC, quando o partido havia orientado a votação Não. Em todas as outras votações, seguiu a orientação do Democratas (tabela 5).

**Tabela 5 – Antônio Carlos Magalhães Neto**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário N° 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Não	Obstrução
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário N°1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não	Não
PL 1749/2011	Não	Sim
PDC 220/2011	Obstrução	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

Na Legislatura iniciada em 2011, não exerceu cargo na Mesa Diretora da Câmara nem na Mesa de nenhuma comissão permanente. Foi líder do Democratas de 2 de fevereiro de 2011, quando tomou posse como deputado, a 31 de dezembro do mesmo ano. Não foi relator de nenhum projeto durante toda a 54ª Legislatura.

Apesar de ter iniciado a vida política antes do primo Magalhães Neto, o administrador de empresas Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães, eleito pelo Democratas, conquistou o mandato graças à votação dada ao partido/coligação. Seu pai foi deputado federal e constituinte pela Bahia, e, como já dito, é sobrinho de Antônio Carlos Magalhães. Iniciou sua vida pública em 1990, quando se elegeu deputado estadual pela Bahia, sendo reeleito para o mesmo cargo em 1994. Em 1998, foi eleito deputado federal pela primeira vez. Em 2010, já estava no quarto mandato na Câmara Federal. Em sua campanha, declarou gastos de R\$ 392.400,00. Mudou de partido na 54ª Legislatura, saindo do DEM para o PSD.

Em relação às orientações do partido, votou em três momentos contrariamente ao que definia a legenda. Ressalte-se que, apesar de o deputado ter ido para o PSD, este partido só passou a atuar em Plenário como bancada a partir de 2013. Não há registro de orientação do PSD em 2011. Portanto, a análise se dará sobre como Paulo Magalhães votou em relação ao Democratas. Os dados constam na tabela 6.



**Tabela 6 – Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de Plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Obstrução
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Não
PL 1749/2011	Sim	Não
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Não

Fonte: elaborada pela autora

Paulo Magalhães não ocupou cargo na Mesa Diretora da Câmara nem na Mesa de nenhuma comissão permanente durante a Legislatura. Foi vice-líder do PSD do período de 24 de novembro de 2011 a 16 de março de 2012. Foi titular de duas comissões permanentes, nas quais relatou diversos projetos. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), relatou 23 proposições, entre projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução e consultas, em seis deles deu parecer de mérito, além do parecer de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Na Comissão de Minas e Energia, relatou três projetos de lei.

### **3.3 Eleitos pelo Ceará**

Com 246.591 votos, Domingos Gomes de Aguiar Neto foi o campeão de votos nas eleições para deputado federal pelo Ceará. Eleito pelo PSB, o político tem fortes raízes políticas no interior do estado, mais especificamente na cidade de Tauá, região de Inhamuns. Domingo Neto é filho do ex-vice-governador e atualmente conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará Domingos Filho e da ex-prefeita de Tauá Patrícia Gomes de Aguiar.

Em sua primeira disputa eleitoral, em 2010, quebrou dois recordes: foi o deputado mais votado da bancada cearense e, com 22 anos, o mais jovem parlamentar eleito pelo seu estado. Declarou ao TSE o total de R\$ 1.194.751,25 na campanha eleitoral de 2010.

Em seu primeiro mandato, presidiu a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Juventude e foi protagonista na aprovação do Estatuto da Juventude, projeto já convertido em lei e que tramitava na Câmara dos Deputados havia 10 anos. Na 54ª Legislatura, presidiu duas comissões técnicas. Em 2012, a Comissão de Desenvolvimento Urbano, e em 2014 a de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Nas comissões permanentes da Câmara, relatou nove proposições, cinco pela CINDRA, uma pela CCTCI, duas pela CTUR e uma pela CCJC, com análise exclusiva de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Em Plenário, à exceção das vezes em que não votou, seguiu todas as orientações do PSB, conforme consta na tabela 7.

**Tabela 7 – Domingos Gomes de Aguiar Neto**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido (PSB)</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Não votou	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Sim	Liberou
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

O parlamentar que integrava o mesmo partido de Domingos Gomes, o PSB, mas foi eleito por média no Ceará, é Antonio Balhmann Cardoso Nunes Filho. Com 88.562 votos, Balhmann não entraria no Legislativo sem auxílio da votação dada ao partido. Declarou gastos de R\$ 1.307.281,25 em sua campanha de 2010.

Engenheiro mecânico, Antonio Balhmann iniciou a carreira profissional em Fortaleza, como funcionário concursado do Serviço de Apoio às Pequenas e Microempresas (Sebrae), onde exerceu o cargo de diretor-superintendente, entre 1982 e 1989, e de presidente do Conselho de Administração, entre 1994 e 1996. Em 1988, iniciou a carreira de homem público no estado do Ceará, como secretário de Indústria e Comércio, entre 1988 e 1991, durante o governo Tasso Jereissati (1987-1990), e secretário estadual de Indústria, Comércio e Turismo, entre 1991 e 1994, no governo Ciro Gomes (1991-1994).

Em 1994, ainda filiado ao PSDB, concorreu às eleições daquele ano para o cargo de deputado federal pelo Ceará e foi eleito como o mais votado no estado. Em 2002, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em âmbito federal, foi gerente-geral da Unidade de Gerenciamento de Financiamento do Ministério da Integração Nacional, entre 2004 e 2006, durante o primeiro governo Lula (2003-2006). De volta ao governo do Ceará, foi diretor da Agência de Desenvolvimento do Estado, a Adece, durante o primeiro mandato do governador Cid Gomes (2007-2010).

Entre março e maio de 2012, foi vice-líder do bloco PSB-PTB-PCdoB na Câmara dos Deputados. Entre maio de 2012 e outubro de 2013, foi vice-líder do PSB, do qual se desligou para se filiar ao recém-criado Partido Republicano da Ordem Social (Pros), tornando-se seu vice-líder na Câmara dos Deputados de outubro de 2013 a janeiro de 2015. Foi também vice-líder do bloco parlamentar Pros-PP entre novembro de 2013 e janeiro de 2015.

Balhmann teve forte atuação como relator de proposições nas comissões técnicas da Câmara. Na 54ª Legislatura, relatou 62 projetos de lei, projetos de lei complementar e projetos de decreto legislativo pela Cdeic, além de outros sete projetos de lei pela CFT.

Em Plenário, no ano de 2011, votou conforma as orientações do partido, considerando-se aqui o PSB, já que o Pros não atuou como bancada até o ano de 2013. Na tabela 8, as votações nominiais de Balhmann em Plenário em 2011.

**Tabela 8 - Antonio Balhmann Cardoso Nunes Filho**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido (PSB)</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim

PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Sim
PL 1749/2011	Não	Liberou
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim

Fonte: elaborada pela autora

### 3.4 Eleitos pelo Distrito Federal

José Antonio Machado Reguffe foi o campeão de votos no Distrito Federal nas eleições de 2010 – obteve 266.465 votos, sendo o quociente eleitoral para o DF de 175.760. Reguffe é neto de Expedito Machado, que foi ministro de Viação e Obras Públicas do governo de João Goulart. Iniciou sua carreira política como deputado distrital (2007-2010), em 2010 elegeu-se deputado federal e desde 2015 é senador da República, atualmente está sem filiação partidária. Declarou R\$ 143.800,00 na campanha de 2010.

Entre outubro de 2013 e fevereiro de 2014, foi vice-líder do PDT na Câmara dos Deputados. Não exerceu nenhum cargo na Mesa Diretora da Câmara nem na Mesa das comissões permanentes. Relatou dez proposições – nove delas projetos de lei – todas pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Nas votações nominiais em Plenário, no ano de 2011, votou contrariamente à orientação do partido por sete vezes, conforme evidencia a tabela 9.

**Tabela 9 - José Antonio Machado Reguffe**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Não	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Não	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim

PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não	Liberou
PL 1749/2011	Não	Sim
PDC 220/2011	Sim	Obstrução
PDC 2600/2010	Não	Sim
PDC 1351/2008	Sim	Obstrução
PDC 47/2011	Sim	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

Como nas eleições de 2010, o PDT fez coligação com o PT, a deputada eleita por média, dentro do critério estabelecido para esta pesquisa, foi Erika Jucá Kokay, com 72.651 votos.

Erika Kokay ingressou na vida política em 1976, em tempos de regime militar, quando iniciou o curso de Psicologia na Universidade de Brasília e entrou para o movimento estudantil. Como dirigente estudantil atuante na defesa das liberdades democráticas e da livre expressão, foi punida com a expulsão da UnB. Foi para São Paulo e ingressou na Universidade de São Paulo, em 1978, por vestibular. Após a anistia, retornou à UnB por ação judicial e concluiu o curso em 1988. Participou das lutas pela anistia, pela redemocratização e pelas eleições diretas para presidente da República.

Em 1982, ingressou na Caixa Econômica Federal. Organizou, em 1985, a primeira greve dos funcionários da Caixa em 125 anos de existência da instituição. Na ocasião, a categoria conquistou a jornada de trabalho de 6 horas diárias e o direito à sindicalização. Erika Kokay participou da liderança da categoria bancária até ser eleita a primeira mulher presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, onde exerceu dois mandatos, de 1992 a 1998. Também presidiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Distrito Federal, de 2000 a 2002.

A atuação como líder sindical a levou à Câmara Legislativa do Distrito Federal nas eleições 2002 – foi reeleita como deputada distrital em 2006. Suas principais bandeiras políticas estão na luta contra violações de direitos humanos, na defesa da mulher, da criança e do adolescente, na luta antimanicomial, na defesa da comunidade LGBT, dos negros e dos índios. Foi eleita em 2010 para seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados. Em sua campanha, declarou ao TSE gastos de R\$ 688.132,67.

Em seu primeiro mandato na Câmara Federal, foi premiada como a melhor deputada do Distrito Federal, figurando também entre os 12 primeiros parlamentares de todo o Brasil que mais se destacaram em 2011, de acordo com o Prêmio Congresso em Foco, numa votação feita por jornalistas que cobrem o Congresso e por internautas.

Na 54ª Legislatura, foi vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, entre 2012 e 2013. Foi também vice-líder do PT entre março de 2013 e março de 2014. Relatou trinta proposições entre 2011 e 2015, pelas comissões permanentes de Seguridade Social e Família (CSSF), Finanças e Tributação (CFT), Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), de Legislação Participativa (CLP), e de Direitos Humanos e Minorias (CDH). Em Plenário, discordou da orientação do PT em duas votações, como explicita a tabela 10.

**Tabela 10 - Erika Jucá Kokay**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário N° 186)	Não	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário N° 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Não	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Obstrução	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

### **3.5 Eleitos por Goiás**

Em 2010, Íris de Araújo Rezende Machado foi eleita para o segundo mandato de deputada Federal, pelo PMDB de Goiás, com 185.934 votos – pouco mais de 10 mil votos além do quociente eleitoral do estado, que ficou em 175.779. Com forte presença da família na política goiana, Íris é casada com o também Íris Rezende, que foi prefeito de Goiânia por duas vezes, governador de Goiás também por dois mandatos, não consecutivos, ministro da

Agricultura durante o governo de José Sarney, senador da República entre 1995 e 2003, além de ministro da Justiça por um ano, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em 1966, Íris de Araújo, nome que assumiu como parlamentar, criou a Fundação Legionárias do Bem-Estar Social, da Prefeitura Municipal de Goiânia e permaneceu como sua primeira presidente até 1969. Em 1980, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). De 1983 a 1986, foi presidente da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), cargo que ocupou novamente, de 1991 a 1994.

Em 1994, foi candidata a vice-presidente da República na chapa de Orestes Quécia, pelo PMDB, quando foi eleito Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB.

Íris de Araújo presidiu o diretório estadual do PMDB de Goiás, de 1995 a 1997, e foi reeleita ao cargo em 1998. Foi suplente do senador Maguito Vilela e assumiu o mandato no Senado de fevereiro a julho de 2003. Ocupou interinamente a presidência do diretório nacional do partido em 2009.

Mesmo com forte influência política familiar no estado e no partido, Íris de Araújo fez uma campanha cara para a Câmara em 2010. Declarou ao TSE gastos no total de R\$ 2.356.840,90.

Entre 2013 e 2014, foi 2ª vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara, mas não assumiu nenhum cargo na Mesa Diretora ou exerceu liderança de partido ou bloco partidário. Em toda a Legislatura, relatou apenas oito proposições, na Comissão de Seguridade Social e Família e na CREDN.

Em Plenário, nas 12 votações nominais de proposições, manifestou-se cinco vezes. Seguiu a maioria das orientações do partido, exceto uma única vez, como evidencia a tabela 11.

**Tabela 11 - Íris de Araújo Rezende Machado**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Não votou	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Não votou	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Não votou	Sim

PEC 445/2009 (primeiro turno)	Não votou	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Não votou	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Não	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução
PDC 47/2011	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

O deputado eleito por média, também pelo PMDB em 2010, foi Thiago Mello Peixoto da Silveira. Com 90.719 votos, Thiago Peixoto não chegaria à Câmara apenas pela decisão do eleitor por seu nome. Representante sindical e diretor-adjunto da Associação Comercial e Industrial de Goiás, Thiago Peixoto havia sido deputado estadual, também pelo PMDB, entre 2007 e 2011. Apesar da atuação em política sindical, não tem em seu perfil a força política familiar de sua colega de partido e campeã de votação Íris de Araújo. Na campanha de 2010, também arrecadou recursos significativos, de R\$ 2.131.713,17, conforme dados do TSE.

Na Câmara, Thiago Peixoto não exerceu nenhum cargo em mesa diretora, da Casa ou de comissões permanentes, não foi líder nem vice-líder de partido ou bloco, e relatou oito proposições, uma na Comissão de Educação e sete na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – seis delas sendo TVR, que são atos de concessão e renovação de concessão de emissora de rádio e televisão. Em 2011, filiou-se ao PSD. E neste mesmo ano assumiu a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, o que explica sua baixa atuação no Legislativo federal.

Nas 12 votações nominiais de proposições em Plenário em 2011, votou em uma única, conforme a orientação do partido, no caso o PMDB, uma vez que o PSD ainda não tinha atuação formal de orientação em Plenário. Em todas as outras, não participou das deliberações (tabela 12).

**Tabela 12 - Thiago Mello Peixoto da Silveira**

Projeto	Como votou	Orientação do Partido (PMDB)
PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário Nº 186)	Não votou	Sim



PLP 87/2011	Não votou	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Não votou	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Não votou	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Não votou	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário Nº 1)	Não votou	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Sim
PL 1749/2011	Não votou	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Não votou	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

### 3.6 Eleitos por Minas Gerais

Rodrigo Batista de Castro foi o campeão de votos em Minas Gerais nas eleições de 2010. Eleito pelo PSDB, obteve 271.306 votos, sendo 196.478 o quociente eleitoral do estado. Disputou pela primeira vez um cargo eletivo, e venceu, para a Câmara Federal, em 2007. Filho de Daniel de Castro, que foi deputado federal por 3 mandatos e secretário de Estado no governo de Aécio Neves, Rodrigo de Castro é formado em Administração e Direito.

Em 2000, filiou-se ao PSDB e iniciou sua atuação política como assessor do pai, quando este assumiu a Secretaria de Governo de Minas Gerais durante o primeiro governo de Aécio Neves, do PSDB (2003-2007). Rodrigo de Castro foi chefe de gabinete da Secretaria de Planejamento e Gestão e junto com o vice-governador, Antônio Anastásia, promoveu o programa Choque de Gestão, criado para estimular o desenvolvimento do estado depois da crise econômica de 1999, quando o então governador Itamar Franco, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), decretou a moratória do estado. Em 2012, passou a ser apresentador de um programa da TV Alterosa, afiliada do SBT m Minas Gerais. Em sua campanha de 2010, declarou gastos de R\$ 3.711.381,04.

Na 54ª Legislatura, não exerceu nenhuma liderança ou vice-liderança nem ocupou cargos nas mesas diretores da Câmara ou de comissões permanentes. Relatou nove proposições, sendo seis TVRs na CCTCI, e as outras propostas relatadas nas comissões de Minas e Energia, Constituição e Justiça e de Cidadania, e Mista de Orçamento.

Em Plenário, nas votações nominais, participou de cinco das doze deliberações de proposições com análise de mérito. Em todos os votos que deu, absteve-se em uma e acompanhou o partido nas outras. Seguem detalhes na tabela 13.

**Tabela 13 - Rodrigo Batista de Castro**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Abstenção	Sim
PLP 87/2011	Não votou	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Não votou	Obstrução
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Não votou	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Não
PL 1749/2011	Não	Não
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Não votou	Não
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução
PDC 47/2011	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

Nárcio Rodrigues da Silveira, eleito também pelo PSDB com 101.090 votos, foi o candidato eleito por média em outubro de 2010. Jornalista, foi editor e apresentador de programa da TV Triângulo, afiliada à Rede Globo em Uberlândia; foi entrevistador na TV Paranaíba, afiliada da Rede Bandeirantes.

Sua primeira conquista eleitoral foi a terceira suplência pelo PSDB, nas eleições de 1994. Em 1998, também conquistou a suplência para o mandato de deputado federal. Em 2002 e 2006, foi eleito titular para o cargo e, em 2010, conquistava seu terceiro o mandato como titular na Câmara dos Deputados, e quinto mandato, considerando-se os períodos em que assumiu como suplente desde 1995. Em sua campanha eleitoral de 2010, declarou ao TSE gastos de R\$ 2.878.337,64.

Logo após assumir o mandato, em fevereiro de 2011, saiu da Câmara para tornar-se secretário de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais. Em razão

de sua ida para o Executivo estadual, Nécio Rodrigues não tem registro de atuação na Câmara.

### 3.7 Eleitos pelo Pará

Campeão de votos pelo Pará, Wladimir Afonso da Costa Rabelo foi eleito pelo PMDB para exercer seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados. Em outubro de 2010, obteve 236.514 votos, tornando-se o deputado mais votado no estado e o mais votado pelo PMDB no país. O quociente eleitoral no Pará em 2010 foi de 201.333 votos.

Radialista, sua atuação como parlamentar é marcada pela baixa assiduidade e excentricidade. Dentre algumas de suas ações que repercutiram na mídia nacional, distribuiu farinha de mandioca e soltou roedores durante votações na Casa. Em sua campanha, declarou gastos de R\$ 498.121,20.

Apesar da força eleitoral, Wladimir Costa não exerceu cargo na Mesa Diretora da Câmara nem nas mesas das comissões permanente, não foi líder nem vice-líder durante toda a 54ª Legislatura e relatou nove projetos, distribuídos em diversas comissões – Cultura; Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Minas e Energia; Fiscalização Financeira e Controle.

Em Plenário, votou conforme as orientações do PMDB. Atualmente, é filiado ao Solidariedade, partido pelo qual se elegeu deputado federal no pleito de 2014 (tabela 14).

**Tabela 14 - Wladimir Afonso da Costa Rabelo**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido (PMDB)</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Não votou	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Não votou	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Não votou	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim

PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução
PDC 47/2011	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

Com 87.681 votos, Asdrúbal Bentes Mendes foi o deputado eleito por média com a menor votação do PMDB paraense, em 2010, mas com a maior votação em seu histórico eleitoral. Declarou R\$ 436.410,00 em sua campanha neste ano.

Deputado federal constituinte, Bentes exerceu mandato em seis legislaturas, mas em três delas assumiu a vaga como suplente. Formado em Direito pela Universidade Federal do Pará, tornou-se procurador do Tribunal de Contas do estado em 1965. Em 1976, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979, filiou-se no ano seguinte ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), principal força de oposição ao regime vigente.

Em 1983, foi nomeado prefeito de Salinópolis (PA), município considerado área de segurança nacional. Dois anos depois, foi indicado para a presidência do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, em Marabá (PA). Neste cargo, administrou conflitos fundiários e problemas do garimpo em Serra Pelada, tendo participado da fundação da primeira sucursal da União Democrática Ruralista (UDR) no Pará, entidade que reunia grandes proprietários de terras e que se opunha à reforma agrária.

Em fevereiro de 2011, dois dias após assumir o mandato, licenciou-se do cargo para ser empossado na Secretaria da Pesca do Estado do Pará, a convite do então governador Simão Jatene. Em agosto, deixou o cargo e retornou à Câmara dos Deputados. No mês seguinte, foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal pelo crime de esterilização irregular, cometido em 2004. O tribunal, porém, considerou prescritos os crimes de corrupção eleitoral – denúncia do Ministério Público de que o político trocou votos pela esterilização. Em 2014, foi condenado à reclusão por três anos. Em março, renunciou ao cargo de deputado, evitando assim a cassação do mandato parlamentar.

Na 54ª Legislatura, não ocupou liderança, vice-liderança nem cargos em mesas diretoras. Foi relator de nove proposições nas comissões de Constituição e Justiça e de

Cidadania; e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Em Plenário, quando votou, seguiu as orientações do PMDB, como mostra a tabela 15.

**Tabela 15 - Asdrúbal Bentes Mendes**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário N° 186)	Não votou	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário N° 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Sim
PL 1749/2011	Sim	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Não votou	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

### **3.8 Eleitos por Pernambuco**

Filha e mãe de governadores de Pernambuco, Ana Lucia Arraes de Alencar foi a campeã de votos no estado no pleito de 2010 – obteve 387.581 votos, mais do que o dobro do quociente eleitoral daquela eleição, que ficou em 178.008.

Filha de Miguel Arraes de Alencar, que foi por três vezes governador de Pernambuco, e mãe de Eduardo Campos, ministro da Ciência e Tecnologia no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva e duas vezes governador de Pernambuco, Ana Arraes foi eleita pelo PSB e assumiu diversos cargos de comando no partido durante o primeiro ano da 54ª Legislatura.

Entre fevereiro e agosto de 2011, foi líder do bloco PSB-PCdoB. De fevereiro a outubro, também de 2011, foi líder do PSB. Entre agosto e outubro de 2011, foi vice-líder do bloco PSB-PCdoB. Renunciou ao mandato em outubro de 2011 para assumir o cargo de ministra do Tribunal de Contas da União.

Durante a 54ª Legislatura, relatou apenas um projeto pela Comissão de Defesa do Consumidor. Não exerceu cargos em mesas diretoras. Na campanha de 2010, declarou ao TSE gastos de R\$ 1.512.882,00.

Participou de poucas votações nominais em Plenário no decorrer de 2011, e em todas elas seguiu orientação do partido, como mostra a tabela 16.

**Tabela 16 - Ana Lucia Arraes de Alencar**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Não votou	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Não votou	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Não votou	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Não votou	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Não votou	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Sim
PL 1749/2011	Sim	Liberou
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Não votou	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução
PDC 47/2011	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

Eleito também pelo PSB, Luiz Gonzaga Patriota contou com a votação dada à legenda e a outros candidatos do partido ou coligação para alcançar uma cadeira na Câmara dos Deputados. No pleito de 2010, obteve 118.990 votos. Deputado constituinte, o contabilista, advogado e administrador de empresas Gonzaga Patriota está agora em seu sétimo mandato na Câmara dos Deputados. Na campanha de 2010, quando foi eleito para seu sexto mandato, declarou gastos de R\$ 621.552,00.

Começou suas atividades político-partidárias em 1968, quando filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), legenda de oposição ao governo militar. Com a extinção do bipartidarismo, optou pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), legenda que reuniu a maioria dos filiados do extinto MDB. Em novembro de 1982, elegeu-se deputado estadual por Pernambuco. Em 1988, passou a integrar do PDT. Em 1994, saiu do PDT e filiou-se ao PSB.

Entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2015, Gonzaga Patriota foi suplente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Não exerceu liderança partidária nem integrou mesas

diretores de comissões permanentes, mas teve forte atuação legislativa. Durante toda a 54ª Legislatura, relatou 44 proposições – pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSSPCCO); Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); Viação e Transportes (CVT); Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN); e Mista de Orçamento (CMO).

Na grande maioria das votações nominais em Plenário em 2011, quando votou, seguiu a orientação do partido, conforme evidencia a tabela 17.

**Tabela 17 - Luiz Gonzaga Patriota**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Não votou	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Não votou	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Não votou	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Sim
PL 1749/2011	Não votou	Liberou
PDC 220/2011	Sim	Obstrução
PDC 2600/2010	Não votou	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

### **3.9 Eleitos pelo Piauí**

Eleito pelo PMDB, Marcelo Costa e Castro foi o campeão de votos no Piauí. Com 171.697 votos dados a ele nominalmente nas urnas, Castro passou quase 5 mil votos do quociente eleitoral do estado, que foi de 166.800 votos no pleito de 2010. Médico psiquiatra, Castro começou a vida política em 1982, quando se elegeu deputado estadual pelo PMDB. Nas duas legislaturas seguintes, de 1986 e 1990, seguiu na Assembleia Legislativa do Piauí. Nas eleições de 1998, elegeu-se deputado federal. Em 2000, licenciou-se do cargo para assumir a Secretaria de Agricultura do Piauí, na gestão do governador Mão Santa (1995-2001). Retornou ao mandato de deputado federal em 2001, foi novamente eleito em 2002, 2006, 2010 e 2014. Na campanha de 2010, declarou gastos de R\$ 639.671,74.

De fevereiro a julho de 2011, foi vice-líder do PMDB. Em julho deste mesmo ano, assumiu a primeira vice-liderança do partido, cargo no qual permaneceu até o fim da legislatura, em janeiro de 2015. Relatou nas comissões permanentes 11 proposições, sendo seis delas TVRs, relatadas na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTI). As outras comissões nas quais teve proposições relatadas foram a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Nas votações nominais de Plenário, seguiu todas as orientações do PMDB, conforme tabela 18.

**Tabela 18 - Marcelo Costa e Castro**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Sim	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução
PDC 47/2011	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

Eleito com 141.504 votos, também pelo PMDB, Marllós Rossano Ribeiro Gonçalves de Sampaio conquistou a vaga de deputado federal graças aos votos somados da legenda ou coligação. Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza, Marllós Sampaio foi vice-prefeito de Esperantina no pleito do ano 2000, cargo que acumulou com o de secretário municipal de Esportes, Cultura e Lazer. Renunciou ao cargo e ao mandato em 2002 para assumir o cargo de delegado de polícia civil.



Em 2010, foi eleito deputado federal em substituição ao pai, Themístocles Sampaio. Marllos é também irmão do deputado estadual Themístocles Filho, que preside a Assembleia Legislativa do Piauí desde 2005. Na campanha de 2010, Marllos Sampaio declarou gastos de R\$ 497.874,71. Não exerce mais o mandato de deputado federal.

Durante a 54ª Legislatura, foi terceiro vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSSPCCO), entre 2012 e 2013. De março de 2011 a janeiro de 2015, foi um dos vice-líderes do PMDB. Nas comissões permanentes, relatou 16 proposições, sendo dez TVRs na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Marllos Sampaio também relatou proposições na Comissão de Turismo e na CSSPCCO.

Em Plenário, seguiu as orientações do partido em todas as votações nominais de mérito no ano de 2011, como consta na tabela 19.

**Tabela 19 - Marllos Rossano Ribeiro Gonçalves de Sampaio**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Não votou	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Sim	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

### **3.10 Eleitos pelo Paraná**

Eleito pelo PSC, Carlos Roberto Massa Júnior, que adotou o nome parlamentar de Ratinho Júnior, liderou as votações no Paraná no pleito de 2010, com 358.924 votos, uma votação de quase duas vezes o quociente eleitoral no Paraná, que foi de 190.587. Carlos Roberto Massa Júnior é filho do apresentador de um programa de televisão de grande

audiência no SBT Carlos Roberto Massa, ou Ratinho, que foi deputado federal entre 1991 e 1995. O pai é também dono do Grupo Massa, um conglomerado empresarial atuante em vários setores econômicos.

Ratinho Júnior começou sua trajetória política em 2002, aos 21 anos, candidatando-se a deputado estadual pelo PSB. Na campanha teve o apoio das empresas de seu pai, foi eleito o deputado estadual mais votado do partido no Paraná. No pleito de outubro de 2006 disputou uma vaga de deputado federal pelo Paraná na legenda do PPS. Obteve a segunda maior votação no estado. Logo após as eleições, filiou-se ao PSC, partido pelo qual se elegeu em 2010, quando declarou ao TSE gastos de R\$ 2.387.504,67 na campanha. Não concorreu às eleições de 2014.

De fevereiro de 2011 a março de 2012, assumiu a liderança do PSC na Câmara, único cargo de comando que exerceu na 54ª Legislatura. Relatou 13 proposições durante os quatro anos de mandato – sendo nove delas TVRs e três projetos de lei, todos relatados na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). À exceção da CCTCI, apresentou um parecer em Plenário à Medida Provisória 541/11. Em Plenário, quando votou, seguiu a orientação do partido, como informa a tabela 20.

**Tabela 20 - Carlos Roberto Massa Júnior**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Não orientou
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Não votou	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Não	Liberou
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Não votou	Não
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução
PDC 47/2011	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

O deputado eleito graças à votação dada ao partido ou coligação foi Edmar de Souza Arruda, que concorreu também pelo PSC e obteve 61.309 votos no pleito de 2010. Com gastos de campanha bastante superiores aos do campeão de votos no estado - R\$ 3.062.019,25 declarados ao TSE -, Edmar Arruda ingressou na vida pública em 2000, ao ser eleito vereador de Maringá. Em 2002, disputou as eleições para deputado estadual e conquistou a segunda suplência e dois anos mais tarde concorreu para prefeito de Maringá, mas não venceu. Em 2014, foi reeleito para o cargo de deputado federal pelo PSC, mas desde 2016 integra os quadros do PSD. Economista e empresário, Edmar Arruda foi considerado em 2015 um dos 30 parlamentares mais ricos do Brasil no Congresso Nacional.

Na 54ª Legislatura, exerceu a vice-liderança do PSC entre março de 2011 e maio do ano seguinte. Atuou em duas comissões, a de Constituição e Justiça e de Cidadania e a de Finanças e Tributação, nas quais relatou um total de 26 proposições. Em Plenário, votou contrariamente à orientação do partido em apenas um caso, como mostra a tabela 21.

**Tabela 21 - Edmar de Souza Arruda**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário N° 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sem orientação
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Não votou	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário N° 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Sim
PL 1749/2011	Não	Liberou
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Não	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

### **3.11 Eleitos pelo Rio de Janeiro**

Segundo deputado federal mais votado do País nas eleições de 2010, Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira, eleito pelo PR, recebeu 694.862 votos – no estado, o quociente eleitoral foi de 174.129 votos. Radialista, Garotinho consolidou relevante força

política no estado, em especial na região de Campos dos Goytacazes, onde ele e sua mulher, Rosinha Garotinho, foram prefeitos por mais de um mandato. Ambos também governaram o estado do Rio de Janeiro e, atualmente, a filha do casal Clarissa Garotinho é deputada federal.

Anthony Garotinho iniciou suas atividades políticas como líder estudantil em 1975, influenciado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1980, participou da fundação do PT em Campos. Nessa época, iniciou também suas atividades como radialista, quando começou a usar o apelido de Garotinho, com o qual se tornou conhecido e que incorporou ao nome em 1981.

Em sua primeira disputa eleitoral, 1982, já foi o vereador mais votado de Campos, mas não assumiu o mandato porque o PT, partido ao qual era filiado, não alcançou o quociente eleitoral necessário para disputar as vagas na Câmara Municipal. Em 1984, filiou-se ao PDT e, em 1986, foi eleito deputado estadual pela legenda, com mais de 20 mil votos. Dois anos depois, disputou o cargo de prefeito de Campos e foi eleito com mais de 62 mil votos. Em 1990, chegou a ser escolhido pela Associação Brasileira de Municípios o melhor prefeito do Brasil.

Garotinho concorreu ao governo do estado do Rio de Janeiro em 1998 e venceu o pleito em segundo turno. Em 2002, Garotinho obteve 15 milhões de votos na disputa presidencial, atrás de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e José Serra, do PSDB. Em agosto de 2010, Garotinho foi condenado pelo Ministério Público Federal a dois anos e meio de prisão por formação de quadrilha, pena que foi revertida em prestação de serviços. Em outubro do mesmo ano, foi campeão de votos para deputado federal, filiado ao PR. Na campanha para a Câmara Federal, declarou gastos de R\$ 2.574.224,77.

Na Câmara, foi vice-líder do bloco PR-PTdoB de fevereiro de 2011 a janeiro de 2015. Foi também líder do PR entre fevereiro de 2013 e fevereiro de 2014. Além disso, presidiu a Comissão de Legislação Participativa entre 2012 e 2013. Relatou 27 proposições em três comissões permanente da Casa – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e Comissão de Legislação Participativa. Nas votações nominiais em Plenário, em 2011, não votou em três delas, não seguiu a orientação do partido em três outras e, nas restantes, votou conforme a tabela 22.

**Tabela 22 - Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Não	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Não votou	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não	Sim
PL 1749/2011	Não	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução
PDC 47/2011	Obstrução	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

Também eleito pelo PR, Paulo Fernando Feijó Torres obteve uma votação tímida no pleito de 2010. Foram 22.619 votos, 13% do quociente eleitoral no Rio de Janeiro, que foi de 174.129 votos. Em função dos quase 700 mil votos dados diretamente a Anthony Garotinho, conquistou uma vaga na Câmara Federal. Engenheiro da Rede Ferroviária Federal no município de Campos, Feijó começou sua carreira política em 1988, sendo eleito vereador em Campos, pelo PMDB. No ano seguinte, filiou-se ao PTB, legenda na qual reelegeu-se vereador no pleito de outubro de 1992, iniciando o novo mandato em janeiro do ano seguinte. Em 1993, mudou novamente de partido e filiou-se ao PSDB, concorrendo sem sucesso a deputado federal, pelo Rio de Janeiro, em 1994. No entanto, como conseguiu a quarta suplência, conseguiu exercer o mandato em substituição a deputados titulares da legenda ou coligação.

Em 2006, teve seu nome incluído na lista dos congressistas acusados de suposta participação na “máfia dos sanguessugas”, grupo que incluía parlamentares acusados de criar emendas destinadas à compra superfaturada de ambulâncias, entre os anos de 2002 e 2003. Nessa ocasião, constou na lista de deputados denunciados ao Conselho de Ética pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o episódio. Não disputou as eleições de 2006. Em 2009, migrou para o PR, legenda pela qual se elegeu em 2010. Na campanha, declarou ao TSE gastos de R\$ 103.070,75.

Na 54ª Legislatura, Paulo Feijó foi vice-líder do bloco PR-PTdoB entre fevereiro de 2013 e março de 2014. Entre 2014 e 2015, presidiu a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR). Em toda a legislatura, relatou apenas duas representações na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC). Nas votações nominais em Plenário, em 2011, quando votou, seguiu as orientações do partido, exceto em uma deliberação de proposta de emenda à Constituição, como evidencia a tabela 23.

**Tabela 23 - Paulo Fernando Feijó Torres**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário N° 186)	Não votou	Sim
PLP 87/2011	Não votou	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Não	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário N° 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Sim
PL 1749/2011	Sim	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Não votou	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

### **3.12 Eleitos pelo Rio Grande do Norte**

Eleita pelo PT com 220.355 votos, Maria de Fátima Bezerra superou sozinha o quociente eleitoral, de 206.672 votos, e foi a campeã eleitoral do Rio Grande do Norte em 2010. Professora de formação e sempre ligada à área da Educação, em especial ao movimento sindical, Fátima Bezerra começou a vida político-eleitoral em 1994, que se elegeu para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

No pleito eleitoral de 1998, foi reeleita para mandato de deputada estadual de mais quatro anos. Nas eleições de 2002, candidatou-se a uma vaga na Câmara dos Deputados e já obteve a melhor votação do estado. Voltou à Câmara em 2006 e 2010. Atualmente, é senadora da

República. Na campanha de 2010 para deputada federal, declarou ao TSE gastos de R\$ 472.742,58.

Durante seu segundo mandato federal, na 54ª Legislatura, manteve o foco da atuação parlamentar na área de Educação. Já no primeiro ano, em 2011, foi indicada pelo partido e eleita presidente da Comissão de Educação. Entre março de 2013 e janeiro de 2015, exerceu a vice-liderança do PT. Nas comissões permanentes, relatou 54 proposições, mas comissões de Educação (CE), Cultura (CCult) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Dessas proposições, duas foram relatadas na Comissão de Legislação Participativa.

Em Plenário, nas votações nominais de 2011, participou de seis das doze deliberações, em cinco delas seguiu a orientação do partido, como mostra a tabela 24.

**Tabela 24 - Maria de Fátima Bezerra**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Não	Sim
PLP 87/2011	Não votou	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Sim
PL 1749/2011	Não votou	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Não votou	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução
PDC 47/2011	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

Sandra Maria da Escossia Rosado foi a deputada eleita por média, mas pelo PSB, partido que estava coligado com o PT nas eleições do Rio Grande do Norte, em 2010. Com 92.746 votos, ficou longe de alcançar o quociente do estado, de 206.672 votos, mas conquistou a vaga em função dos votos dados aos candidatos da lista da coligação ou

diretamente aos partidos da coligação. Em 2010, Sandra Rosado conquistou seu terceiro mandato para a Câmara dos Deputados.

No Rio Grande do Norte, a família Rosado tem forte presença na política. Seu pai, Jerônimo Rosado, foi vereador e prefeito da cidade de Mossoró e teve sete mandatos como deputado federal. Seu tio Jerônimo Maia também foi prefeito de Mossoró e deputado federal. Outro tio, Jerônimo Dix-Sept Rosado, além de prefeito mossoroense, foi governador do Rio Grande do Norte. Entre seus primos estão o ex-deputado federal Carlos Augusto Rosado e Betinho Rosado. Seu marido, o médico Laire Rosado Filho, foi deputado federal e secretário de agricultura do Rio Grande do Norte. Sua filha, Larissa Rosado, e seu filho, Lahyre Rosado Neto, também ingressaram na política. Atualmente, tem um primo exercendo o mandato de deputado federal, Beto Rosado.

Formada em Serviço Social e em Direito, Sandra Rosado começou a vida política no PMDB. Assumiu seu primeiro mandato eletivo em 1993, quando foi eleita vice-prefeita de Mossoró, na administração do também familiar Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia. Em 1996, em decorrência da morte do prefeito, assumiu o comando da cidade. Em 1998, disputou as eleições como candidata a deputada estadual, sendo eleita para seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. A primeira vez que se elegeu deputada federal foi em 2002. Em 2005 se filiou ao PSB. No ano seguinte, foi novamente eleita deputada federal. Na campanha de 2010, quando eleita para seu terceiro e até agora último mandato na Câmara Federal, declarou gastos de R\$ 599.601,00.

Na 54ª Legislatura, Sandra Rosado foi vice-líder do bloco PSB-PCdoB entre fevereiro de 2011 e março de 2012. Entre março de 2012 e maio do mesmo ano, foi a primeira vice-líder do bloco. De outubro de 2011 a julho do ano seguinte, foi líder do PSB e, de outubro de 2013 a fevereiro de 2014, foi vice-líder do partido. De todos os parlamentares que integram este estudo, Sandra Rosado lidera no número de proposições relatadas, foram 173 projetos relatados - 16 deles pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), 5 pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), e todo o restante pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Em Plenário, Sandra Rosado seguiu todas as orientações do PSB nas votações nominais, como mostra a tabela 25.



**Tabela 25 - Sandra Maria da Escossia Rosado**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário Nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Não votou	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário Nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Sim
PL 1749/2011	Sim	Liberou
PDC 220/2011	Obstruiu	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

### **3.13 Eleitos por Rondônia**

Com gastos de campanha de R\$ 874.125,04, Marinha Célia Rocha Raupp de Matos liderou as votações no pleito de 2010 em Rondônia. Eleita pelo PMDB para o seu quinto mandato consecutivo, obteve 100.589 votos, pouco acima do quociente eleitoral do estado, que foi de 95.745 votos. Psicóloga, Marinha estreou na política em 1994, então filiada ao PSDB quando foi eleita pela primeira vez deputada federal. Desde 2001 pertence ao PMDB e exerce atualmente seu sexto mandato. Com força política regional, é esposa do ex-prefeito de Rolim de Moura e ex-governador do estado e atual senador da República, Valdir Raupp.

Na Câmara, durante a 54ª Legislatura, não exerceu vice-liderança, liderança ou cargos em mesas diretoras de comissões permanentes e da Casa. Relatou 14 proposições, entre fevereiro de 2011 e janeiro de 2015, nas comissões de Viação e Transportes (CVT), de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), de Cultura (CCULT), e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Em Plenário, seguiu todas as orientações do PMDB nas votações nominiais de 2011. Ver tabela 26.

**Tabela 26 - Marinha Célia Rocha Raupp de Matos**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
----------------	-------------------	------------------------------

PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de Plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Não votou	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução
PDC 47/2011	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

Eleito por média, também pelo PMDB, Natan Donadon recebeu 43.627 votos em Rondônia. Também de família com políticos, tem um irmão que foi prefeito de Vilhena (RO) e outro que foi deputado estadual, Natan Donadon iniciou sua carreira política em 1993, quando foi nomeado secretário de Fazenda, no início da gestão municipal do seu irmão. Permaneceu no cargo até 1995, quando foi nomeado diretor-financeiro da Assembleia Legislativa de Rondônia, depois que o outro irmão assumiu o mandato de deputado estadual. Exerceu este cargo até 1998, afastando-se para concorrer a uma cadeira na Câmara dos Deputados, mas não foi eleito neste ano.

Em 1999, Donadon foi denunciado pela 1ª Vara Criminal de Porto Velho, acusado de integrar um esquema que teria desviado R\$ 3,5 milhões da Assembleia Legislativa de Rondônia. Em 2002, tentou novamente um mandato de deputado federal pelo PMDB, e obteve a primeira suplência da coligação. No ano seguinte, 2003, o Tribunal de Justiça de Rondônia chegou a expedir mandado de prisão contra o deputado. Mas o mandado foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal após Donadon conquistar foro privilegiado por assumir o mandato na Câmara. Em 2005, foi acusado pelo Ministério Público de Rondônia de crime contra a administração pública, peculato e formação de quadrilha. Com isso, tornou-se réu numa ação penal no Supremo.

No pleito de outubro de 2006 foi eleito deputado federal por Rondônia, na legenda da coligação liderada pelo PMDB. Em 2010, ano em que foi reeleito para a Câmara por média,

Donadon foi condenado pelo Supremo a 13 anos de prisão, com base na ação penal impetrada pelo Ministério Público de Rondônia, por desvio de R\$ 8,4 milhões da Assembleia Legislativa de Rondônia, quando era diretor-financeiro da instituição. Na campanha de 2010, declarou ao TSE gastos de 804.995,65.

No início da legislatura, manteve o mandato, o foro privilegiado e recorreu em liberdade, até que, em junho de 2013, teve sua prisão decretada pelo Supremo. Natan Donadon tornou-se o primeiro deputado em exercício, desde a promulgação da Constituição de 1988, a ser preso por ordem da Suprema Corte. No mesmo ano, em agosto, teve o mandato mantido pelo Plenário da Câmara, em votação secreta. Seis meses depois, em fevereiro de 2014, foi cassado pelo Plenário da Câmara, dessa vez em votação aberta, procedimento que se mantém até a atualidade.

Na Câmara, entre 2011 e 2012, Donadon exerceu o cargo de 2º vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), comissão na qual relatou um único projeto por toda a 54ª Legislatura. No Plenário, nas votações das quais participou, seguiu a orientação do PMDB, como mostra a tabela 27.

**Tabela 27 - Natan Donadon**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Não votou	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário nº 1)	Não votou	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Sim
PL 1749/2011	Sim	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

### 3.14 Eleitos por Roraima

Campeã de votos por Roraima nas eleições de 2010, Maria Teresa Saenz Surita Jucá obteve 29.804 votos, pouco mais de 2 mil além do quociente eleitoral no estado, que foi de 27.837. Na campanha, declarou gastos de R\$ 3.633.621,16.

Também de família política, Teresa Surita é ex-mulher de Romero Jucá, que foi governador de Roraima e atualmente é senador da República. Teresa foi eleita deputada federal pela primeira vez em 1990, em uma coligação liderada à época pelo PDS, legenda a qual era filiada. Nesta primeira eleição, já foi a mais votada no estado, com 11.128 votos. Em 2000, elegeu-se prefeita de Boa Vista e foi reeleita para o cargo em 2004. Em 2012, dois anos após sua eleição para a Câmara, candidatou-se novamente ao cargo de prefeita de Boa Vista e venceu o pleito majoritário pela terceira vez. Em 2016, foi reeleita para a administração municipal, com o maior índice de aprovação do Brasil, sendo a única mulher eleita como prefeita de capitais logo no primeiro turno.

Mesmo tendo permanecido apenas dois anos como deputada federal na 54ª Legislatura, Teresa Surita foi vice-líder do PMDB entre fevereiro de 2011 e janeiro de 2013. Relatou dez projetos de lei na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e um na comissão especial criada para analisar o PL 7672/2010. No Plenário, participou de apenas quatro votações nominiais com análise de mérito e, nessas, seguiu a orientação do partido (tabela 28).

**Tabela 28 - Maria Teresa Saenz Surita Jucá**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Não votou	Sim
PLP 87/2011	Não votou	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Não votou	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Não votou	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Não votou	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução
PDC 47/2011	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

O deputado eleito por média em Roraima no pleito de 2010 foi Edio Vieira Lopes. Também filiado ao PMDB, obteve 15.383 votos, o que seria insuficiente para, sozinho, conquistar uma vaga de deputado federal. Eleito pela primeira vez para a Câmara Federal em 2006, Edio Lopes foi vereador pelo PFL, de 1989 a 1990, no município roraimense de Mucajaí. Em 1990, elegeu-se deputado estadual constituinte por Roraima, pelo PL. foi reeleito para o mandato estadual em 1994, 1998 e 2002, pelo PPR nos dois primeiros casos e pelo PST, no último.

No pleito de 2006, concorreu e foi eleito deputado federal, em outra troca de partido. Dessa vez, integrava o PMDB. Em 2010, campanha na qual gastou R\$ 2.340.429,13, também estava filiado ao PMDB, mas atualmente é deputado federal pelo PR.

Na Legislatura iniciada em fevereiro de 2011, Edio Lopes relatou 20 proposições pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), Mista de Orçamento (CMO) e, em um único caso, comissão especial criada para análise da proposta de emenda à Constituição (PEC) 565/2006. Nas votações nominiais de Plenário em 2011, seguiu todas as orientações do partido, nos casos em que votou (tabela 29).

**Tabela 29 - Edio Vieira Lopes**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário N° 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário N° 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Sim
PL 1749/2011	Não votou	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Não votou	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

### 3.15 Eleitos pelo Rio Grande do Sul

Com 482.590 votos, Manuela Pinto Vieira D´Avila, do PCdoB, foi a campeã de votos pelo Rio Grande do Sul nas eleições de 2010. Com uma campanha que custou R\$ 1.048.275,55, a jornalista foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio Grande do Sul de 2003 a 2004. Em 2004, aos 23 anos de idade, tornou-se a vereadora mais jovem de Porto Alegre. Em 2006, elegeu-se para o primeiro mandato de deputada federal, tendo sido a candidata mais votada do estado, feito que repetiu em 2010.

Na 54ª Legislatura, presidiu a Comissão de Direitos Humanos e Minorias entre 2011 e 2012 e, de 2012 a 2013, foi primeira vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Entre julho de 2011 e janeiro de 2015, foi vice-líder do governo Dilma no Congresso Nacional. Liderou o PCdoB entre fevereiro de 2013 e fevereiro de 2014 e, deste mês até o fim do mandato, em 31 de janeiro de 2015, foi vice-líder do PCdoB.

Relatou 14 proposições, duas delas foram projetos de lei cujos pareceres foram proferidos diretamente em Plenário. Nos outros casos, relatou matérias nas comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). Nas votações nominiais de Plenário, em 2011, seguiu todas as orientações do PCdoB nas vezes em que votou (tabela 30).

**Tabela 30 - Manuela Pinto Vieira D´Avila**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Não votou	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Não votou	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Não votou	Sim
PL 1749/2011	Não votou	Liberou
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução
PDC 47/2011	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

Assis Flávio da Silva Melo, também eleito pelo PCdoB, recebeu 47.141 votos no pleito de 2010, mas conquistou a vaga para a Câmara Federal em função da expressiva votação dada ao partido, e a Manuela D'Ávila, que alcançou quase meio milhão de votos no estado. Numa campanha que custou R\$ 326.740,00, Assis Melo assumiu em fevereiro de 2011 seu primeiro mandato de deputado federal. Atuante no movimento sindical dos metalúrgicos de Caxias do Sul desde 1987, foi reeleito para a Câmara dos Deputados em 2014 como segundo suplente.

Na Câmara, durante a 54ª Legislatura, foi vice-líder do PCdoB entre março de 2013 e fevereiro de 2014. Relatou 54 proposições entre 2011 e 2015 pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS). Nas votações nominiais em Plenário, no decorrer de 2011, deixou de comparecer em apenas duas das doze votações de mérito. Em todos os outros casos, votou conforme a orientação do partido (tabela 31).

**Tabela 31 - Assis Flávio da Silva Melo**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário N° 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário N° 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Não	Liberou
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

### **3.16 Eleitos por São Paulo**

O campeão nacional de votos em 2010 foi Francisco Everardo Oliveira Silva, o Tiririca. Eleito pelo PR, conquistou 1.353.820 votos na sua primeira tentativa de entrar para vida

política, já candidato a um mandato de deputado federal. Numa campanha em que gastou R\$ 678.243,13, Tiririca desenvolveu sua candidatura com bordões de provocação aos próprios políticos, como "O que é que faz um deputado federal? Na realidade, eu não sei. Mas vote em mim que eu te conto", e "Pior do que tá não fica, vote Tiririca".

Até entrar para a Câmara dos Deputados, Tiririca era nacionalmente conhecido como palhaço e comediante, com presença em diversas emissoras de televisão, como Manchete, Record e Bandeirantes.

Na Câmara, não ocupou nenhum cargo de destaque em liderança ou mesas diretoras, relatou sete proposições pelas comissões de Educação (CE) e de Cultura (CCult) durante os quatro anos de legislatura. Em 2014, foi reeleito para a Câmara Federal. Nas votações nominais de 2011, em Plenário, teve total disciplina partidária e em nenhum momento esteve ausente das apreciações (tabela 32).

**Tabela 32 - Francisco Everardo Oliveira Silva**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (emenda substitutiva global de plenário nº 186)	Sim	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Sim	Sim
PEC 270/2008 (emenda aglutinativa substitutiva global de plenário nº 1)	Sim	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Sim	Sim
PDC 220/2011	Abstenção	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Obstrução	Obstrução
PDC 47/2011	Obstrução	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

Com 131.654 votos e uma campanha de R\$ 1.070.531,64, Milton Antonio Casquel Monte conquistou uma vaga de titular na Câmara dos Deputados também pelo PR e, naturalmente, em função do estrondoso sucesso eleitoral do campeão estadual e nacional de votos, no caso Tiririca. Economista, Milton Monti começou a vida política aos 21 anos, quando foi eleito prefeito de São Manuel, cargo que exerceu de 1983 a 1988. Entre 1992 e 1994, foi secretário estadual de Relações do Trabalho no governo Luís Antônio Fleury Filho



em São Paulo. Exerceu dois mandatos como deputado estadual, eleito pelo PMDB, entre 1991 e 1998.

Em 1998, elegeu-se deputado federal pela primeira vez, também pelo PMDB. Foi reeleito em 2002 na mesma legenda e, no mesmo ano, filiou ao PL. Em 2006, já pelo PL, obteve seu terceiro mandato de deputado federal e, em 2007, foi para o PR. Está agora em seu quarto mandato na Câmara Federal e segue no PR.

Na 54ª Legislatura, de dezembro de 2011 a março de 2014, exerceu a vice-liderança do bloco PR-PTdoB e, entre 2013 e 2014, foi o terceiro vice-presidente da Comissão de Viação e Transportes, comissão pela qual relatou a maioria das 34 proposições sobre as quais foi indicado pelo partido para dar parecer.

Desse total, foi relator de cinco TVRs na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), e de um projeto de lei do Congresso Nacional na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Nas ocasiões em que participou das votações nominiais em Plenário, no decorrer de 2011, seguiu todas as orientações do partido (tabela 33).

**Tabela 33 - Milton Antonio Casquel Monte**

<b>Projeto</b>	<b>Como votou</b>	<b>Orientação do Partido</b>
PL 1876/1999 (Emenda substitutiva global de Plenário N° 186)	Não votou	Sim
PLP 87/2011	Sim	Sim
PEC 61/2011 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 98/2007 (primeiro turno)	Sim	Liberou
PEC 98/2007 (segundo turno)	Sim	Sim
PEC 445/2009 (primeiro turno)	Não votou	Sim
PEC 270/2008 (Emenda aglutinativa substitutiva global de Plenário N° 1)	Não votou	Sim
PLV a MPV 527/2011	Sim	Sim
PL 1749/2011	Sim	Sim
PDC 220/2011	Não votou	Obstrução
PDC 2600/2010	Sim	Sim
PDC 1351/2008	Não votou	Obstrução

Fonte: elaborada pela autora

#### **4. Conclusões**

Ainda que eleitos com independência dos votos dados ao partido, portanto com forte capital eleitoral, os campeões de voto mostram, em sua atuação parlamentar, uma relação de

disciplina com suas bancadas. Das votações nominais em Plenário das quais participaram no decorrer do primeiro ano do mandato, portanto 2011, eles seguiram a orientação do partido em 90,6% dos casos. Um percentual semelhante ao da disciplina partidária dos eleitos por média. Desses, em 93,3% das votações nominais, os deputados acompanharam a orientação do partido, nas votações das quais participaram.

Para calcular esse índice, foram consideradas todas as votações “sim”, “não”, e “não votou”, sendo este último contado apenas nos casos em que o partido orientou pela obstrução – uma vez que não votar é obedecer à vontade do partido de não se manifestar na apreciação daquela proposta específica e garantir a redução do quórum naquele momento. Em todos os outros casos de “não votou”, quando houve orientação “sim” ou “não” do partido, o dado não foi computado.

Ressalte-se que na Câmara, após a posse como deputado federal, as funções parlamentares dependem das decisões do líder da bancada ou do bloco partidário. Pelo Regimento Interno, cabe ao líder da bancada ou do bloco a indicação para exercer cargo na Mesa Diretora da Casa, para integrar as comissões, permanentes ou temporárias, e exercer cargos nas mesas dessas comissões, e para assumir relatoria de qualquer proposição em tramitação na Câmara. Sem o aval do líder, o deputado tem pouco espaço de atuação parlamentar de fato.

O forte capital eleitoral dos campeões de voto se explicita nas escolhas dos líderes de bancadas ou blocos. Dos 16 mais votados nas eleições nos estados pesquisados, houve 6 posições de liderança, sendo elas dos deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Ana Arraes, que ocupou a liderança em duas situações, Ratinho Júnior, Anthony Garotinho e Manuela D´Ávila.

Entre os eleitos por média, a liderança foi exercida em um único caso, pela deputada Sandra Rosado que, apesar de não ter alcançado o quociente eleitoral, possui um forte capital político, uma vez que tomava posse em seu terceiro mandato e trazia a força política de sua região, no interior do Ceará.

No entanto, o capital eleitoral, por si só, não representa força política suficiente no momento da negociação para definição de lideranças. É o caso, por exemplo, de Francisco Everardo Oliveira Silva, o Tiririca, que foi líder de votação no Brasil, em números absolutos e proporcionais, mas sem nenhum capital político que o cacifasse para assumir liderança,

vice-liderança, cargos em mesas diretoras ou mesmo receber relatorias de proposições. Em toda a Legislatura, Tiririca relatou oito proposições apenas.

Um fato curioso percebido neste estudo é a presença dos eleitos por média em cargos de vice-lideranças, um dado que, por hipótese, levaria ao entendimento de que, por ser também uma posição de poder no Parlamento, seria ocupada por deputados que já chegassem com um forte capital eleitoral. Mas, pelos números, não é o que ocorre.

No levantamento de vice-lideranças, os eleitos por média ocuparam tais posições em 14 momentos, enquanto os campeões de votos as exerceram em 9 situações. O que pode explicar essa diferença, ainda que não caiba no escopo desta pesquisa, é o fato de alguns dos eleitos por média terem mais mandatos e, portanto, mais experiência de atuação parlamentar. Seu capital político se fortalece em função da experiência parlamentar, o que se percebe no caso de Antonio Balhmann, no Ceará, que apesar de eleito como titular para seu primeiro mandato em 2010, tem atuação no Parlamento, como suplente, desde 1995. Balhmann exerceu em 4 situações cargos de vice-liderança de partido ou bloco partidário. Outro caso é, novamente, o de Sandra Rosado, eleita pelo Rio Grande do Norte para o seu terceiro mandato, e que exerceu vice-lideranças em duas ocasiões na 54<sup>a</sup> Legislatura.

Cabe destacar que, apesar de eleitos por média e, portanto, com menor capital eleitoral, os candidatos precisam ter forte articulação com o partido ou coligação no momento pré-eleitoral, uma vez que tais políticos precisam ter força intrapartidária para garantir sua participação no pleito. Ressalte-se que, pela Constituição Federal, nenhum deputado federal pode ser eleito sem estar filiado a um partido político e, pela Lei dos Partidos, não é possível receber votos no pleito se o nome do candidato não estiver na lista preordenada dos partidos ou coligações. Esse dado pode também explicar o número maior de eleitos por média com cargos de vice-lideranças.

Pelos dados levantados, a articulação dos deputados com os partidos para ocupar cargos na Mesa Diretora da Câmara ou nas Mesas Diretoras das comissões permanentes não evidenciou uma forte diferença entre os campeões de voto e os eleitos por média. Com uma leve vantagem, os campeões de votos exerceram cargos em mesas diretoras, da Câmara ou de comissões, em oito situações, durante toda a Legislatura, contra 6 situações dos eleitos por média.

O que se nota a partir dos dados como um fator de relevante disparidade é o total de projetos relatados. Os eleitos por média receberam assinatura, porém autorização, dos líderes dos partidos para relatar 523 proposições, dentre mensagens de rádio e televisão, projetos de lei, projetos de decreto legislativo, projetos de lei complementar e proposta de emenda à Constituição. O índice é 147% maior do que o total de projetos relatados pelos campeões de votos, que assumiram a relatoria de 211 proposições.

É relevante ressaltar que, sozinha, a deputada Sandra Rosado assumiu durante a Legislatura a relatoria de 173 proposições. Um caso particular que chama atenção, porém não altera a conclusão de que os eleitos por média de fato buscam com mais frequência, na liderança de seus partidos, a relatoria de proposições. Os dados apresentados constam nas tabelas 34 e 35.

<b>Tabela 34 – Dados Gerais - - - Deputado</b>	<b>Liderança</b>	<b>Vice- Liderança</b>	<b>Mesa Diretora CD</b>	<b>Mesa Diretora Comissões</b>	<b>Relatorias</b>	<b>Votação Nominal (%)</b>	<b>Não votou ou ausente</b>
Acre Márcio Bittar	X	X	Sim	X	15	6/7 85%	6
Acre Taumaturgo Lima	X	X	X	X	8	13/13 100%	0
Bahia ACM Neto	Sim (1)	X	X	X	X	8/10 80%	3
Bahia Paulo Magalhães	X	Sim (1)	X	X	26	7/11 63%	2
Ceará Domingos Neto	X	X	X	Sim (2x presidente)	9	9/9 100%	4
Ceará	X	Sim (4)	X	X	62	10/10	3

Antonio Balhmann						100%	
Distrito Federal Reguffe	X	Sim (1)	X	X	10	6/13 46%	0
Distrito Federal Erika Kokay	X	Sim (1)	X	Sim (VP)	30	10/12 83%	1
Goiás Íris de Araújo	X	X	X	Sim (2ª VP)	8	7/8 87%	5
Goiás Thiago Peixoto	X	X	X	X	8	3/3 100%	10
Minas Gerais Rodrigo de Castro	X	X	X	X	9	8/9 89%	4
Minas Gerais Nárcio Rodrigues	X	X	X	X	X	X	X
Pará Wladimir Costa	X	X	X	X	9	10/10 100%	3
Pará Asdrúbal Bentes	X	X	X	X	9	10/10 100%	3
Pernambuco Ana Arraes	Sim (2)	Sim (1)	X	X	1	6/6 100%	7
Pernambuco Gonzaga Patriota	X	X	Sim (suplência)	X	44	5/6 83%	7
Piauí Marcelo Castro	X	Sim (2)	X	X	11	13/13 100%	0
Piauí	X	Sim (1)	X	Sim (3ª VP)	16	11/11 100%	2

Marllos Sampaio							
Paraná Ratinho Júnior	Sim (1)	X	X	X	13	12/12 100%	1
Paraná Edmar Arruda	X	Sim (1)	X	X	36	9/10 90%	3
Rio de Janeiro Anthony Garotinho	Sim (1)	Sim (1)	X	Sim (1x Presidência)	27	9/12 75%	1
Rio de Janeiro Paulo Feijó	X	Sim (1)	X	Sim (1x Presidência)	2	7/8 87%	5
Rio Grande do Norte Fátima Bezerra	X	Sim (1)	X	Sim (1x Presidência)	54	8/9 89%	4
Rio Grande do Norte Sandra Rosado	Sim (1)	Sim (3)	X	X	173	10/10 100%	3
Rondônia Marinha Raupp	X	X	X	X	14	12/12 100%	1
Rondônia Natan Donadon	X	X	X	Sim (2ª VP)	1	9/9 100%	4
Roraima Teresa Surita	X	Sim (1)	X	X	10	8/8 100%	5
Roraima Edio Lopes	X	X	X	X	20	9/9 100%	4
Rio Grande do Sul Manuela D'Ávila	Sim (1)	Sim (1)	X	Sim (1x Presidência e 1x VP)	14	9/9 100%	4
Rio Grande do Sul	X	Sim (1)	X	X	54	11/11 100%	2

Assis Melo							
São Paulo	X	X	X	X	7	13/13	0
Tiririca						100%	
São Paulo	X	Sim (1)	X	Sim (3ª VP)	34	9/9	4
Milton Monti						100%	

Fonte: elaborada pela autora

**Tabela 35 – Dados gerais por categorias**

Deputados	Liderança	Vice-Liderança	Mesa CD	Mesa comissões	Relatorias	Votação nominal	Não voltou ou ausente
<b>Campeões de votos</b>	6	9	1	7	211	90,6%	48
<b>Eleitos por média</b>	1	14	1	5	523	93,3%*	53

Fonte: elaborada pela autora

\*votação de Nércio Rodrigues foi desconsiderada na média das nominais

A partir, principalmente, da comparação entre a ocupação de cargos de liderança e nomeação para relatorias, percebe-se que os campeões de voto chegam à Câmara dos Deputados mais cacifados para exercer cargos de poder e com menos interesse em relatar proposições, ao menos numericamente. Enquanto os eleitos por média obtêm cargos de poder, ainda que menos relevantes, e mais relatorias pelo capital político que têm no estado, pela força de articulação com o partido em tempos pré-eleitorais ou a partir da experiência no Legislativo, conclusão que os números não apresentam e que pode ser objeto de pesquisa futura.

Nesse sentido, os dados apresentados tornam possível responder parcialmente os questionamentos levantados no início desta pesquisa. Foram eles: que importância tem o partido político para a democracia? Qual a relevância de um sistema majoritário ou proporcional dentro do contexto de representação? O sistema eleitoral pode fortalecer, ou não, as instituições da democracia, como, por exemplo, na forma de financiamento de campanhas, ou nas listas abertas ou fechadas de candidatos?

De partida, questionou-se que importância tem o partido político para a democracia. A partir dos números e baseando-se no princípio de que o Poder Legislativo é um pilar em

qualquer democracia, percebe-se que, sim, o partido político é relevante porque cabe a ele, por meio de seus líderes, distribuir cargos de influência e relatorias para todos os parlamentares eleitos. Conforme já afirmado, os índices de 90,6% e 93,3% de acompanhamento das indicações partidárias permitem concluir que os partidos detêm maior poder dentro do Parlamento.

Além de tais fatos, os números evidenciam que o forte capital eleitoral aumenta o poder dos campeões de voto, mas eles seguem buscando esse poder dentro dos partidos, e não como uma forma de representação individual e independente.

Quanto à mudança na Lei Eleitoral, a partir de uma reforma política, do atual sistema proporcional para o majoritário, nas eleições para o Legislativo, este estudo questionou se haveria diferença prática no contexto da representação ou do fortalecimento das instituições da democracia, considerando-se o partido político uma dessas instituições. Pelos dados analisados, a resposta tende a ser negativa. Como lembra Jairo Nicolau (NICOLAU, 2017), o partido político, apesar de parecer mais fraco no contexto eleitoral, mostra-se muito presente e atuante nos trabalhos formais dentro do Parlamento.

Em um sistema majoritário, não haveria o cálculo do eleito por média, uma vez que os candidatos que recebessem mais votos teriam necessariamente o direito a uma cadeira na Câmara, dentro das vagas estabelecidas para cada estado. No entanto, a relação dos campeões de voto com seus partidos mostra-se forte a partir do momento em que eles assumem seus mandatos. O que, na prática, corrobora que o capital eleitoral não necessariamente interfere na atuação parlamentar.

Uma reforma política disposta a fortalecer o representante diretamente, dentro do Legislativo, teria que necessariamente alterar o sistema de funcionamento interno do Parlamento. Se não, uma mudança apenas na contagem de votos para a seleção dos eleitos não interferiria no contexto atual de representação – o partido seguiria fraco na visão da sociedade e forte dentro do Parlamento, como evidencia pesquisa DataFolha divulgada pela Folha de S. Paulo.

## **5. Referências Bibliográficas**



Amaral, Oswaldo E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013.

Bezerra, Marcos Otávio. *Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1999.

Bezerra, Tajla Maria Viana Sobreira. *Carreira Parlamentar: Como Atua o Parlamentar Bem-sucedido Eleitoralmente*, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/P\\_7153/Downloads/carreira\\_parlamentar\\_bezerra%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/P_7153/Downloads/carreira_parlamentar_bezerra%20(2).pdf). Acesso em 05 abril de 2017.

Bobbio, Norberto. *O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo*/Norberto Bobbio; tradução de Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Pensamento crítico, 63)

Brasil. Perfil dos Deputados Federais. Câmara dos Deputados. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa> Acesso em 15.março 2018

Brasil. Perfil dos Deputados Federais. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/> Acesso em 20 de março de 2018

Brasil. Prestação de Contas de Campanha. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.prestacaoconta2010/pesquisaCandidato.jsp>. Acesso em 01 abril 2018

Brasil. Código Eleitoral. Lei 4.737, de 15 de julho de 1965. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4737.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4737.htm). Acesso em 13 de junho de 2018.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais números 1/1992 a 96/2017, pelo Decreto legislativo número 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão números 1 a 6/1994. – 52ª edição. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

Bryce, James. *Modern Democracies*. New York: Macmillan, 1921 *apud* WHITE, John Kenneth. What is a political party? In: KATZ, Richard; CROTTY, William (Ed.). *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006.

Cosme, Lianna. Arenas políticas e reeleição: onde os deputados federais focam sua atuação para se reelegerem, 2017. Disponível em <http://bd.camara.leg.br/bd/browse?type=title>. Acesso em 05 de abril de 2017

Duverger, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

Katz, Richard; Mair, Peter. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. *The American Review of Politics*, Fayetteville, v. 14, p. 593-617, winter, 1993

Kirchheimer, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: Lapalombara, Joseph; Weiner, Myron (ed.). *Political Parties and Political Development*. Princeton: PUP, 1966. p. 177-200.

Michels, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

Miguel, Luís Felipe. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. n.25, pp.25-38. 2003.

Nicolau, Jairo. Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

Nicolau, Jairo. *Sistemas Eleitorais*. 5ª. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

Pesquisa DataFolha. 71% dos brasileiros não têm partido de preferência. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1587139-71-dos-brasileiros-nao-tem-partido-de-preferencia.shtml>. Acesso em 13 junho 2018.

Samuels, D. 2001a. Money, Elections, and Democracy in Brazil. *Latin American Politics and Society*, 43(2), pp. 27-48.